

Sarney

Que fim levou / Maurício Pencak e Danilo Groff, presos e processados por atentado ao Presidente José Sarney

Afirmção de inocência quatro anos depois

Foto de Carlos Ivan

CÉSAR TARTAGLIA

Eles foram os dois últimos réus processados com base na Lei de Segurança Nacional, uma herança do regime militar de 64 abolida pela nova ordem jurídica instituída no País com a promulgação da Constituição de 1988. E, como tais, protagonizaram um dos mais controversos episódios após a chamada abertura política, iniciada no governo do Presidente Figueiredo: no dia 25 de junho de 1987, o Presidente José Sarney e sua comitiva foram apedrejados no Paço Imperial, no Centro do Rio, por milhares de manifestantes. Os vidros de algumas janelas do ônibus que transportava a comitiva foram quebrados e houve quem jurasse ter visto um homem com uma picareta chegar a menos de um metro da janela que dava para o banco em que Sarney estava sentado. Poucos dias depois, o professor de História e OSPB Maurício Pencak, membro da direção regional da CUT-RJ, e o bioquímico Danilo Groff foram presos e processados com base na Lei de Segurança Nacional, sob acusação de agressão à figura do Presidente.

A manifestação quase transformou em tragédia uma visita que a assessoria do Presidente programara para ser uma consagrada festa: no Paço, Sarney comemorou o primeiro aniversário da lei de incentivo a atividades culturais que levava seu nome e na Academia Brasileira de Letras participou da primeira reunião ordinária após ter assumido a Presidência da República. Pencak e Groff não escondem — como não esconderam em nenhum momento durante o processo — que participaram da



Groff hoje: aposentadoria e paixão pela política

manifestação, mas negam até hoje que tenham jogado pedras ou qualquer objeto no ônibus da comitiva presidencial.

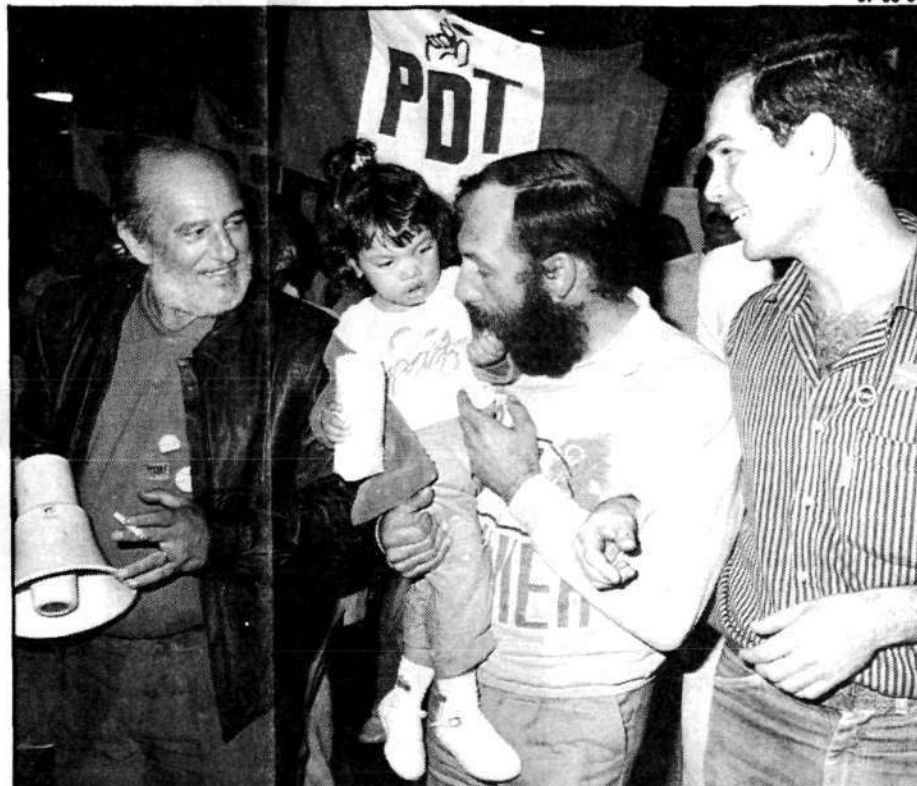
— Eu continuo achando justo que o povo vá às ruas protestar contra seus governantes e, mesmo hoje, depois de ter enfrentado um processo que me trouxe muitos transtornos, acho que naquele momento a manifestação foi válida. Não concordo com o emprego da violência organizada, mas o que houve ali foi uma explosão popular espontânea — diz hoje Pencak, ainda um ativo militante do Sindicato dos Professores do Rio, a cuja diretoria faz oposição.

Groff, por sua vez, conta que

estava distribuindo um abaixo-assinado na Praça Quinze, contra as negociações que se desenvolviam no Congresso para aumentar de quatro para seis anos o mandato do Presidente Sarney. Ele ajudou a organizar a manifestação, mas garante que não apelou para a violência.

— Eu estava na linha de frente e, após um esbarrão, meus óculos caíram no chão. Quando me abaixei para pegá-los, vi passar uma chuva de pedras sobre minha cabeça e fui imediatamente agredido com um chute, dado por um soldado da PM — conta o bioquímico.

O processo contra Pencak e Groff foi extinto no ano seguinte



Em 1987, um mês e meio após o incidente no Paço, passeata ao lado de Meneguelli

ao do atentado, pelo Juiz Adilson Vasconcelos Leal, da 2ª Auditoria da Marinha, sem julgamento do mérito, em decorrência da revogação da Lei de Segurança Nacional pela Constituição em vigor. Em dezembro de 1989, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei, enviado pelo próprio Presidente Sarney, concedendo anistia aos principais envolvidos na manifestação de 25 de junho de 87. O projeto foi sancionado em junho do ano passado pelo Presidente Collor, encerrando definitivamente o processo contra os dois. Hoje, Pencak tem uma paixão que se sobrepõe à política: a filha Nina, que nasceu em outu-

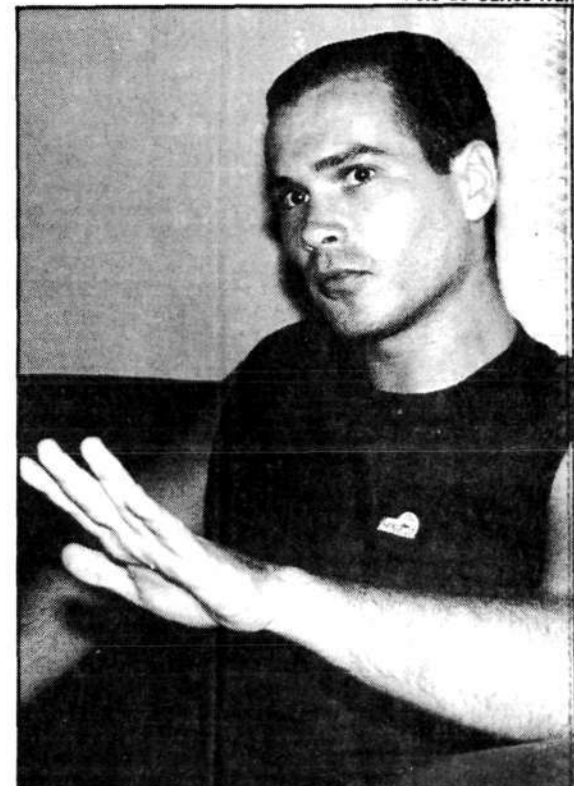
bro de 1988, lhe toma grande parte do tempo que antes era quase totalmente dedicado ao movimento sindical. Groff, por sua vez, conseguiu no ano passado a tão almejada aposentadoria — mas continua cada vez mais ligado ao PDT, partido que ajudou a fundar ao lado de Leonel Brizola, de quem é um dos mais íntimos colaboradores desde a década de 50, segundo afirma.

Do processo ficaram marcas e ressentimentos. Pencak estranha, por exemplo, que nos dois anos que se seguiram à manifestação tenha se deparado com uma até então inédita dificuldade em conseguir emprego na rede particular de ensino (na rede pública ele tem duas matrículas,

obtidas por concurso público). Segundo ele, mais de 50 currículos foram deixados em colégios particulares, todos eles recusados sem maiores explicações. Só recentemente conseguiu uma vaga no colégio GPI da Tijuca. Groff, visivelmente ressentido, diz que para ele o processo ainda não acabou: está recolhendo subsídios para processar o ex-Governador Moreira Franco, que integrava a comitiva presidencial no dia do atentado, o ex-Ministro da Justiça Paulo Brossard e o ex-Presidente Sarney por terem, de acordo com o bioquímico, forjado acusações levianas para dar curso a seu indiciamento na extinta Lei de Segurança Nacional.

07-08-87

Foto de Carlos Ivan



Pencak: oposição no Sindicato dos Professores